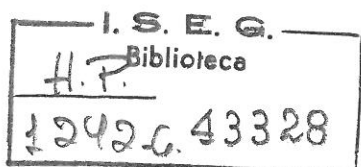


Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Economia e Gestão



HB #1 C37 1994

ECONOMIA, ÉTICA E POLÍTICA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÓMICO

Provas de Agregação em Economia

Sumário da lição síntese

José Luís Miranda Cardoso

Março de 1994



**ECONOMIA, ÉTICA E POLÍTICA
NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÓMICO**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do nº 1 do artº 9º do Decreto-Lei nº 301/72 de 14 de Agosto, e nos termos do Despacho Reitoral de 22 de Fevereiro de 1994, tendo em vista a realização de provas públicas de agregação em Economia, apresento o "sumário pormenorizado da lição síntese", subordinada ao tema genérico **Economia, ética e política na história do pensamento económico.**

Março 1994

Esclarecimento prévio:

Enquadramento da lição no programa da disciplina de *História do Pensamento Económico*

A presente lição de síntese destina-se a ser proferida no final de um dos seminários que integram a segunda parte do programa da disciplina de *História do Pensamento Económico* (HPE). Recordo que a explicação do conteúdo, orientações programáticas e métodos pedagógicos desta componente do programa é feita nas páginas 12, 21-23 e 31-32 do Relatório sobre a disciplina de HPE apresentado no âmbito destas provas de agregação.

Trata-se de uma lição que reveste uma dupla natureza sintética: por um lado, porque analisa globalmente e de forma integrada o conjunto de textos que foram objecto de uma ficha de leitura e de uma exposição oral, da responsabilidade dos alunos, que constituíram a sua forma de participação no seminário dedicado ao tema *Economia, ética e política na história do pensamento económico*; por outro lado, porque permite recordar e sintetizar diversas temáticas abordadas ao longo do programa de HPE, mas nunca tratadas de forma suficientemente autónoma e desenvolvida.

A escolha do tema desta lição de enquadramento e síntese final não foi ocasional ou fortuita. De facto, procuro aqui abordar um problema que, independentemente do seu interesse específico e da oportunidade do seu estudo, consubstancia em simultâneo os 4 objectivos gerais que o programa da disciplina de HPE visa alcançar:

- 1) aprofundar a cultura específica dos futuros economistas;
- 2) sensibilizar e encorajar os alunos para o estudo das obras originais;
- 3) complementar a formação básica adquirida ao longo do curso;
- 4) fomentar uma visão interdisciplinar da ciência económica.

Esta lição encerra um ciclo de 6 aulas, organizadas em regime de seminário e contando com uma activa participação dos alunos. Por conseguinte, o seu conteúdo e modo de apresentação estão naturalmente sujeitos a adaptações decorrentes do ritmo próprio de funcionamento das 5 aulas precedentes. Significa isto que este "sumário pormenorizado de uma lição síntese" constitui um guia de orientação de uma aula que idealmente se constroi a partir de elementos que vão sendo fornecidos pelas exposições dos alunos, de fragmentos de discussões e debates anteriores, de complementos que ajudam a compreender melhor os problemas em jogo. Por esta razão, o texto escrito desta lição reveste propositadamente um carácter aberto, inacabado e algo impressionista (sobretudo na parte consagrada aos textos básicos analisados ao longo do seminário), não se confundindo, quer ao nível do objecto que aborda quer ao nível da sua forma estrutural interna, com o tipo de textos característicos de uma comunicação a uma conferência ou de um artigo de revista.

O texto é, neste caso, acima de tudo um pretexto e um convite para uma lição que se pretende falada, ouvida e dialogada, e não simplesmente escrita ou lida. Tal foi o entendimento próprio que dei ao sentido que o legislador incutiu à expressão "sumário pormenorizado de uma lição síntese".



Introduzindo o problema

Vivemos hoje numa época que é particularmente propícia à discussão do tema aqui em apreço.

As relações entre as esferas *económica* e *política* estão de há muito balizadas e discutidas e será difícil encontrar quem seriamente defenda que os diagnósticos, análises e previsões económicas estão imunes a influências ou a intenções que também revestem significado político. Pode-se ser mais ou menos rígido na compartimentação dos campos ou na constatação de que entre os economistas também existe divisão técnica de trabalho (... os que fazem equações e modelos e os que os fundamentam e procuram explicar); mas ninguém, com um mínimo de esforço e capacidade de percepção da realidade envolvente, defenderá que os cultores ou praticantes da ciência económica possam habitar impávidos uma torre de marfim. A pedagogia persuasiva é, neste caso, de fraca exigência, sem contudo passar a ser ingloria ou inútil: "economia" e "política" já foram nomes que em conjunto deram nome e fama à ciência; e nunca será redundante que a ciência nesses nomes reconheça as dimensões de que foi, é e será sempre feita.

Quanto ao relacionamento entre as esferas *económica* e *ética*, é também cada vez mais frequente a rejeição da ideia ilusória de que a ciência económica é totalmente independente de considerações de natureza ética ou, para que o problema seja exposto de forma mais directa e positiva, são cada vez mais numerosas as vozes que reclamam uma maior interferência da dimensão ética no raciocínio económico. As discussões epistemológicas sobre este tema são, apesar de tudo, menos abundantes e menos conclusivas do que os debates já longos, muitas vezes fastidiosos e quase sempre repetitivos, acerca das relações entre o domínio da economia e o domínio da política. Por isso, destacaremos prioritariamente a matéria que, pela relativa escassez de argumentos compilados, justifica maiores cuidados explicativos.

Começemos por atender aos testemunhos que nos chegam de dois respeitáveis e prestigiados gurus do pensamento económico contemporâneo:

"Os economistas raras vezes discutem questões éticas quando invadem o terreno da teoria económica ou do comportamento económico. Eles (e eu) acham(os) este assunto complexo e vago, em comparação com a relativa precisão e objectividade da análise económica. É evidente que as questões éticas são inevitáveis: tem que haver objectivos na apreciação das orientações de política económica, e tais objectivos terão certamente conteúdo ético, por muito escondido que esteja" G. Stigler¹.

"A ciência económica, tal como se tem vindo a desenvolver, pode ser tornada mais produtiva se se der uma maior e mais explícita atenção às considerações éticas que dão forma ao comportamento e ao julgamento humanos" A. Sen²

Na perspectiva de G. Stigler, a separação das duas esferas é reconhecida de forma artificiosa, para poder melhor demonstrar que existe uma ética específica do comportamento económico dos agentes (tomados individualmente ou em conjunto): Ou seja: o sistema de livre concorrência não institui formas de acção económicas independentes de condicionantes de carácter ético. Pelo contrário, a livre concorrência constitui-se como sistema que implica e pressupõe uma ética determinada que envolve o comportamento dos agentes económicos. A este assunto voltarei mais adiante.

Para A. Sen, a separação das duas esferas é um pretexto para denunciar a forma como a ciência económica esquece, despreza ou supõe património de outro reino, um conjunto determinado de normas e valores habitualmente identificados com uma visão progressiva e gradualmente construtiva do espírito humano ou, mais prosaicamente, com uma concepção de realização humana em que os direitos individuais mais elementares e a dignidade das pessoas são motivo de permanente preocupação e respeito. E assim Sen invoca a dimensão ética para a abordagem de problemas no âmbito primordial da economia do bem-estar, da distribuição do rendimento e da equidade social.

São bem distintas as perspectivas de abordagem e os programas de investigação que decorrem dos motes dados por estes dois autores.

¹ Stigler, George J., *The Economist as Preacher*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.3.

² Sen, Amartya, *On Ethics and Economics*. Oxford: Basil Blackwell, 1987, p.9.

Segundo A. Sen, a ética é uma dimensão externa ao discurso da ciência económica, devendo ser por esta incorporada e internalizada, tendo em vista a obtenção do bem comum e a realização dos ideais humanos em toda a sua plenitude. Trata-se de uma visão que procura humanizar um discurso científico abstracto, ao mesmo tempo que procura moralizar o comportamento dos agentes económicos nas diversas áreas em que se relacionam. Neste sentido, o tipo de preocupação que é implicitamente transmitida por A. Sen conduz-nos à reivindicação de uma mais forte presença da ética nos "negócios humanos", digam eles respeito aos problemas de pobreza e da exclusão social, do desemprego e da marginalidade, da dívida externa e da fome nos países subdesenvolvidos, da concorrência desleal e dos excessos de competitividade, da corrupção e da venalidade pública, da fraude e da evasão fiscal, ou dos desastres ambientais e dos direitos dos consumidores. Verifica-se uma crescente procura social de atitudes éticas nestes e noutros domínios, o que obviamente explica, quer o recrudescimento dos problemas da ética empresarial (que se torna objecto institucionalizado de ensino universitário nas modernas escolas de gestão), quer o crescente peso simbólico dos conselhos e comissões de ética criados a nível institucional, quer ainda a difusão generalizada de um discurso moralista, cuidadosamente embalado em marketing e retórica, que convida a um regresso ordenado às coisas básicas e essenciais.

Segundo G. Stigler, a ética não é tanto uma espécie de corpo estranho que introduz normas e regras na mente dos economistas. Com efeito, o desenvolvimento que o autor dá a este assunto (não imediatamente visível no pequeno excerto acima transcrito) vai no sentido de considerar que a ética não é um hóspede desejável ou incómodo que se aloja na ciência económica, mas sim uma componente endógena do discurso que a ciência produz sobre a realidade económica. Usando expressões mais simples e porventura mais esclarecedoras: não faz sentido sustentar que o sistema económico em que vivemos necessita de um enxerto de ética que reponha a bondade, a moralidade e a eficiência perdidas; o importante é reconhecer, no próprio sistema, os elementos de ordem ética que o caracterizam e que lhe dão alma. No caso do sistema capitalista, baseado num modelo de funcionamento em regime de livre concorrência, essa ordem ética decorre do conceito de "homo economicus", isto é, de uma concepção da natureza humana que faz de cada indivíduo um ser racional que busca de forma eficiente a satisfação máxima das suas necessidades. Este comportamento otimizador não tem de ser classificado, para Stigler, de bom ou de

mau. É um comportamento que traduz uma atitude ética de valorização do interesse próprio, por ser essa a via mais eficiente para a obtenção de um bem-estar colectivo.

Podemos sintetizar esta breve digressão dizendo que, para G. Stigler, a eficiência é um princípio ético inerente ao funcionamento do sistema (a **eficiência é ética**); ao passo que, para A. Sen, são os princípios éticos que conferem eficiência ao sistema (a **ética é eficiente**). Em qualquer dos casos, estamos diante de um mesmo princípio genérico que recusa a separação litigiosa entre economia positiva e economia normativa, que assume inequivocamente que os compromissos éticos, os empenhamentos valorativos e também os envolvimentos políticos são indissociáveis do labor do analista económico.

A ciência económica lida com pressupostos e hipóteses que implícita ou explicitamente radicam em determinado sistema de princípios éticos. As repercussões da análise económica no terreno político igualmente revelam a inevitabilidade de se ponderarem objectivos, escolherem instrumentos, estabelecerem prioridades e metas, enfim, de se agir de acordo com determinados códigos e sistemas de valores.

Tal é, em traços gerais o *problema de partida* da presente lição. O desafio que agora fica lançado é o de demonstrar que se trata também de um *problema de chegada*. Ou seja: pretende-se explicar que as relações íntimas e orgânicas entre economia, ética e política não são novidade ou exigência heurística dos tempos modernos, mas são uma constante verificada ao longo da história do pensamento económico.

Veremos isso através da evocação de alguns exemplos - uns entre muitos outros que se poderiam usar -, recorrendo aos textos para o efeito seleccionados e previamente apresentados nas sessões do seminário cuja conclusão ocorre com esta lição.

Exemplos e ensinamentos da história do pensamento económico

As anotações que se seguem registam as principais linhas de força que atravessam os textos que serviram para ilustrar ou revelar a temática do seminário em diferentes momentos da história do pensamento económico. São simples anotações, breves e esquemáticas, que anunciam e enquadram a exposição oral que lhes será dedicada. Optei por este modelo de apresentação em virtude da sua maior coerência e conformidade com o funcionamento concreto deste tipo de aula, largamente tributária de contribuições proporcionadas pelos alunos.

Texto 1. Luis de Molina, *A teoria do justo preço*, 1597 (excertos).

- A herança aristotélico-tomista: justiça comutativa e justiça distributiva.
- Elementos subjectivos e objectivos na constituição do preço. Critérios éticos e políticos de avaliação da justiça do preço.
- Ética e negócio: a avaliação moral dos contratos de compra e venda, da usura e dos empréstimos.

Texto 2. Duarte Ribeiro de Macedo, *Discurso sobre a introdução das artes no Reino*, 1675.

- Da moral divina à moral do Estado: vicissitudes de uma nova ética mercantil.
- Balança de comércio e balanço das virtudes do intervencionismo do Estado.

- A economia e as políticas públicas de restauração, desenvolvimento e progresso.

Texto 3. François Quesnay, *Direito natural*, 1765.

- Hipóteses restritivas e enquadramento doutrinal do circuito económico: a filosofia do direito natural e a ordem política do despotismo legal.
- A evidência das leis naturais e os limites orgânicos do *laissez-faire*.
- Naturalidade e sobrenaturalidade da ordem económica.

Texto 4. Adam Smith, *Teoria dos sentimentos morais*, 1759 (excertos).

- A natureza humana revisitada: paixões, interesses e sentimentos.
- Simpatia, "fellow feeling", espectador imparcial: em busca de um quadro ético de comportamento económico.
- A ética da satisfação do interesse próprio e a vivência social do mercado.

Texto 5. Adam Smith, *Riqueza das Nações*, 1776 (Livro V, excertos).

- Onde está a mão invisível?
- As falhas do mercado e a mão visível do Estado.
- Benefícios e virtudes da aplicação dos rendimentos do soberano.

Texto 6. Jeremy Bentham, *A psicologia do homem económico*, 1822.

- O utilitarismo, o hedonismo e os fundamentos filosóficos da acção económica do homem.
- A busca do prazer e a renúncia ao sofrimento: o cálculo económico da felicidade humana.
- Da filosofia da utilidade à medição económica da utilidade marginal.

Texto 7. John Stuart Mill, *Princípios de economia política*, 1848 (Livro IV, excertos).

- Utilitarismo social e reformismo económico: à procura de uma nova ordem ética da economia política.
- Os efeitos do progresso na distribuição funcional do rendimento.
- O estado estacionário da riqueza e as oportunidades de aperfeiçoamento do espírito humano.

Texto 8. Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, 1846 (excertos).

- Economia, política e ideologia na concepção materialista da história.
- A denúncia dos pressupostos éticos do sistema económico capitalista.
- Utopia, valores e ética de uma nova sociedade anunciada.

Texto 9. Alfred Marshall, *Memorials*, 1885-1907 (excertos).

- A economia como instrumento de aperfeiçoamento das condições da vida humana: a ética da evolução.
- Filantropia e altruísmo na atenuação das desigualdades sociais.
- Os pregadores da boa nova: a missão cívica e redentora dos economistas.

Texto 10. Léon Walras, *Estudos de economia social*, 1896 (excertos).

- Para além da economia política pura: as componentes normativas da economia social e aplicada.
- O modelo de equilíbrio social: ordem, justiça, propriedade, posições particulares e condições sociais gerais.
- Reformas económicas e política fiscal: teoria e prática da repartição da riqueza social.

Texto 11. Arthur C. Pigou, *A economia do bem-estar*, 1920 (excertos).

- A economia do bem-estar: pressupostos e implicações éticas e políticas.
- Externalidades, bens públicos e os limites do sistema de livre concorrência.
- As políticas de intervenção e o mito dos equilíbrios espontâneos do mercado.

Texto 12. J. Maynard Keynes, *O fim do laissez-faire*, 1926.

- "Os homens de acção são em geral escravos de algum economista defunto".
- Ingredientes da "filosofia social a que a *Teoria Geral* conduz".
- O mercado na berlinda: enquadramento político de uma nova teoria económica.

Texto 13 a. Milton Friedman, *Capitalism and Freedom*, 1962 (excertos).

Texto 13 b. Friedrich Hayek, *Individualism and Economic Order*, 1948 (excertos).

- Positivismo e normatividade no processo de conhecimento económico.
- A ética do individualismo económico e a ética da liberdade: as bases filosóficas de um novo paradigma.
- Mercado *versus* Estado: a permanente renovação de um debate ancestral na ciência económica.

Texto 14 a. Geoffrey Hodgson, *Economia e instituições*, 1988 (excertos).

Texto 14 b. James Buchanan e Gordon Tullock, *O cálculo do consentimento*, 1962 (excertos).

- Normas jurídicas formais, princípios éticos informais e o quadro institucional da acção humana.
- A análise económica da vida política e a universalidade do comportamento otimizador e eficiente.
- Economia, ética e política: a indivisível trindade no pensamento económico contemporâneo.

Observações conclusivas

Os exemplos e ensinamentos que acabo de recordar levam-nos de novo ao ponto de partida desta lição, na expectativa de que tenha sido possível verificar e demonstrar que a ciência económica convive, desde as suas mais remotas origens, com elementos de natureza ética e política.

A imagem de uma ciência económica pura e cristalina, positiva e progressiva, verdadeira e universal, é produto de uma visão quimérica que se nutre na ilusão de que algum dia será possível dizer da economia o que se diz das ciências ditas exactas. É certo que poucos são os que ousam, hoje em dia, alimentar tal ilusão. Mas também é verdade que, olhando para a produção teórica que se publica nas principais revistas científicas da especialidade, se constata uma grande resistência à incorporação explícita das relações entre as esferas económica, ética e política.

O facto de a teoria economia contemporânea nem sempre se acomodar confortavelmente a essa incorporação, tem a sua origem no vício epistemológico que consiste em olhar de soslaio a presença de elementos valorativos na análise económica. Isto é: o velho problema da distinção falaciosa entre economia positiva e economia normativa.

De tudo o que fica exposto, pode-se consequentemente concluir que a adopção de princípios éticos, a realização de julgamentos de valor, a assunção de escolhas ideológicas e políticas, não são pecados que condenem os praticantes da ciência económica, mas sim envolvências e gestos inevitáveis a que estão condenados. Esquecer ou negar os pressupostos e implicações de carácter ético e político do comportamento humano - em particular quando se consubstancia em acções económicas - constitui um terrível empobrecimento de uma ciência que nasceu para explicar como podem os homens encontrar o caminho mais eficiente e mais seguro que conduz à satisfação do interesse próprio, à realização do bem-estar social, ao acréscimo da riqueza das nações.

Orientações bibliográficas aos alunos

Os livros referidos de George Stigler (*The economist as preacher*, Oxford: Basil Blackwell, 1982, em particular os quais 4 primeiros capítulos com o título global "Economics or ethics?") e de Amartya Sen (*On Ethics and Economics*, Oxford: Basil Blackwell, 1987) constituem um bom enquadramento genérico do tema da lição. Reflexões adicionais sobre a inclusão das questões éticas no raciocínio económico neoclássico podem ser colhidas em alguns dos ensaios escolhidos de: Frank Knight, *Freedom and Reform. Essays in Economics and Social Philosophy*, New York: Harper & Brothers, 1947. Para um breve roteiro sobre as relações entre economia e filosofia e, em particular, sobre a muito debatida problemática das relações entre economia positiva e economia normativa, podem consultar-se com proveito os artigos "Philosophy and Economics" (Vivian Walsh) e "Value judgements" (John C. Harsanyi) incluídos em J. Eatwell, M. Milgate e P. Newman (eds.), *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*, London: Macmillan, 1987. Qualquer destes artigos tem indicações bibliográficas adicionais que orientam os alunos interessados em aprofundar estas matérias. Ainda sobre a presença dos sistemas de valor na análise económica, ao longo do seu processo histórico de desenvolvimento, veja-se: Drakopoulos, S.A., *Values and Economic Theory: The case of Hedonism*. Aldershot: Avebury, 1991. A revista *Información Comercial Española* (Revista de economia do Ministério de Economía y Hacienda) publicou recentemente um número temático dedicado a "Ética y Economía", sob a coordenação editorial de Rafael Rubio de Urquia (Março 1991, número 691), no qual se incluem 13 artigos que nos oferecem uma boa panorâmica sobre o tipo de questões suscitadas pela discussão deste tema.